

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	VANGUARDA			
Nº PAG.	31	DATA	25 agosto 2017	

	25	Está tudo para a realização da segunda edição da Maratona de Ideias, onde se irá reflectir sobre o mercado de trabalho angolano. E para o crescimento do emprego muito tem contribuído a aposta do microcrédito a entidades religiosas. E para ajudar na diversificação da economia, a UE apoia um programa de agricultura sustentável a ser aplicado na região Sul do País.
	08	
	2017	

Fisco já pode ‘obrigar’ petrolíferas a pagarem impostos em moeda externa

Contribuintes podem pagar impostos em divisas, a seu pedido, mas Estado também pode obrigar a que assim seja. Petrolíferas serão as mais afectadas.

texto **Ricardo David Lopes**

As empresas que tenham mais de 60% da receita em moeda estrangeira já poderão passar a pagar impostos em divisas, segundo uma alteração ao Código Geral Tributário publicada dia 17 de Agosto em Diário da República.

A possibilidade do pagamento de impostos em moeda externa – uma medida que incidirá sobretudo sobre as petrolíferas e alguns exportadores – havia sido aprovada na Assembleia Nacional (AN) em Maio passado, recorde-se, tendo agora sido promulgada pelo Presidente da República

O objectivo, disse Archer Mangueira, é “permitir ao Estado angariar mais recursos em moeda externa, reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos e realizar despesas no estrangeiro”

(PR). De acordo com o documento, as prestações tributárias, por regra, continuarão a ser “pagas em moeda nacional”. No entanto, lê-se no texto, “excepcionalmente, a pedido do contribuinte ou oficiosamente, nos casos em que mais de 60% do rendimento total do contribuinte tenha resultado de proveitos em moeda estrangeira no exercício a que diga respeito, o tributo pode ser liquidado e pago em moeda estrangeira”.

“Esforços redobrados”

Quando a alteração ao Código Tributário foi aprovada pela AN, em meados de Maio passado, o ministro das Finanças explicou que a medida, uma



iniciativa do Executivo, se justificava “por factores geopolíticos e conjunturais que impõem esforços redobrados às economias emergentes, como a de Angola”.

O objectivo, disse Archer Mangueira, é “permitir ao Estado angariar mais recursos em moeda externa, reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos e realizar despesas no estrangeiro”. Ouvida pelo Vanguarda, Aline Santos, advogada do escritório Fátima Freitas Advogados, alertara em Maio que a medida apenas teria o efeito pretendido “se for acompanhada de medidas de natureza cambial que permitam aos contribuintes em geral efectuar transacções e/ou pagamentos internos em moeda estrangeira”.

Defendeu ainda que “será necessário refor-

mular o quadro jurídico-cambial, por forma a estarem criadas as condições económicas que potenciem a obtenção de rendimentos em moeda estrangeira, no mercado interno, dotando os contribuintes de maior capacidade financeira e até maior predisposição para efectuarem o pagamento de impostos em moeda estrangeira”.

Para além desta questão, a lei que altera o Código Geral Tributário determina que, de agora em diante, a compensação de créditos tributários por dívidas não tributárias – ou seja, o pagamento de impostos devidos através da compensação de outros créditos que o contribuinte tenha sobre o Estado Angolano – só é possível após o reconhecimento formal da dívida pela Unidade de Gestão de Dívida Pública, através da emissão de documento comprovativo. ▼

Eletrobras privatizada até 2018

A venda do controlo estatal brasileiro da Eletrobras, a maior empresa de energia do país, terminará em 2018 e excluirá tanto a gigantesca hidroelétrica de Itaipu, que o Brasil divide com o Paraguai, como usinas nucleares do país. A informação foi divulgada numa conferência de imprensa do Governo, depois do anúncio feito na noite de segunda-feira pelo Ministério de Minas e Energia sobre a alienação.

10,26

Goldman Sachs versus Oi

A Oi, operadora de telecomunicações brasileira, onde a Pharol SGPS é accionista de referência, anunciou que a Goldman Sachs detém 10,26% das acções preferenciais da empresa. Em comunicado, a Oi refere que a Goldman Sachs, informou que, em Agosto, juntamente com a Goldman Sachs International, “realizaram operações que resultaram numa posição equivalente a 16.185.547 acções preferenciais”.